

Ciência e política no Museu Nacional

LETÍCIA JULIÃO

Em 2018 o Museu Nacional comemora duzentos anos de sua criação, fato que enseja rever a historiografia produzida sobre essa instituição, que tem sua existência determinadamente associada à consolidação das atividades científicas no país. Até algumas décadas atrás, é preciso admitir, o Museu Nacional e os demais museus brasileiros não tinham merecido uma atenção sistemática da historiografia. Nos últimos anos, no entanto, esse cenário vem mudando. O trabalho pioneiro *O Brasil descobre a pesquisa científica: museus e as ciências naturais no século XIX*, de Maria Margaret Lopes, publicado em 1997, baliza essas mudanças nos rumos das pesquisas sobre a história dos museus e das ciências no Brasil, constituindo uma referência que instigou novos horizontes investigativos.

Dentre importantes contribuições nos últimos anos que têm como foco o Museu Nacional, merece destaque o livro *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1946*, de Regina Horta Duarte. Publicado em 2010, recentemente, em 2016, teve uma versão revisada e expandida, editada pela University of Arizona Press, com o título *Activist biology: the National Museum, politics, and nation building in Brazil*. Regina Horta Duarte é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal



A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1946, de Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 219 páginas.

de Minas Gerais e tem se dedicado à história ambiental e história das ciências, com publicações importantes na área. Participou da fundação e da primeira direção da Sociedade Latino Americana y Caribeña de Historia Ambiental (SOLCHA) e atualmente é editora-chefe da revista *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña* (HALAC). O livro apresenta parte da pesquisa que desenvolveu como professora residente no Instituto de Estudos Avançados e Transdisciplinares (UFMG) em 2008 e é resultado da tese que defendeu em 2010 em concurso de professor titular.

Em uma escrita fluida, que seduz o leitor, fundamentada em extensa pesquisa de fontes primárias e bibliográficas, a autora constrói sua reflexão a partir do reconhecimento do papel exercido pelo Museu Nacional entre os anos 1920 e 1940 como espaço institucional que possibilitou a confluência de postulados e práticas emergentes da biologia, campo de conhecimento que, ao mesmo tempo em que se destacava da história natural no Brasil, se projetava como instrumento adequado ao projeto político do governo de Vargas. Nas palavras da autora, em face de populações vistas como “doentes, ignorantes e rebeldes”, a biologia “se prestou a apropriações diversas em práticas de caráter nacionalista, construídas no seio de uma cultura política salvacionista e autoritária” (p. 17).

Na construção da narrativa, Duarte confere protagonismo a três personagens – o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, o botânico Alberto José de Sampaio e o zoólogo Cândido de Mello Leitão –, em uma trama em que se entrelaçam trajetórias individuais e institucional. Contemporâneos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com formações profissionais semelhantes e funcionários do Museu Nacional, os três cientistas compartilharam ações e projetos que conjugavam questões científicas e políticas na perspectiva de traçar os rumos da nação naquele período. Não por acaso o período compreendido pela pesquisa está delineado pelo percurso desses personagens. 1926 é o ano em que Roquette-Pinto assume a direção do Museu Nacional e 1945, o da última viagem de Mello Leitão como representante cultural do governo brasileiro em missão na América Latina.

O livro está organizado em três capítulos. O primeiro, “A voz mais alta da biologia”, analisa as razões que propiciaram a aproximação do

Museu Nacional e de seus cientistas dos poderes públicos instituídos no contexto do governo Vargas. O anteprojeto do Código de Caça e Pesca, encomendado pelo governo ao Museu Nacional e elaborado por Roquette-Pinto, Sampaio e Mello Leitão, é a chave pela qual a autora introduz sua análise da emergência do reconhecimento da natureza como patrimônio e da necessidade de uma espécie de “pedagogia da natureza nacional”. Secundado pelo saber biológico e, pressupondo um poder centralizado para viabilizá-lo, o anteprojeto estabelecia disposições que contrariavam “práticas e sensibilidades dominantes e, antes de tudo, interesses econômicos” (p. 33).

O capítulo problematiza as condições históricas e políticas da formação da biologia como campo de saber específico no Brasil. Associando o conceito de população aos de território, natureza e civilização, constituiu-se em conhecimento estratégico, que se prestou à interpretação da realidade e à instrumentalização de políticas públicas que apostavam na mudança da sociedade brasileira. Tal como promulgado pelos três cientistas do Museu Nacional, a biologia no Brasil surgiu mesclada à eugenia e alinhada ao antidarwinismo. Mantinha, por conseguinte, correspondência com o ideário político autoritário do governo Vargas, projetando uma sociedade sem conflito, concebida como uma totalidade harmoniosa, orgânica e corporativa.

Roquette-Pinto, Sampaio e Mello Leitão, como “militantes da biologia”, são abordados pela autora como autoridades científicas que desempenharam o papel de interlocutores do Museu Nacional com instâncias governamentais, em particular com o Ministério da Educação e Saúde Pública. Inseridos no jogo de poder, receberam apoio para seus projetos, que revigoraram a dinâmica do próprio Museu Nacional, mas também colheram derrotas, a exemplo do texto final do decreto do Código de Caça e Pesca, aquém daquele idealizado pelos cientistas.

Em “A miniatura da pátria”, o segundo capítulo, Duarte analisa o papel do Museu Nacional como espaço por excelência de articulação de práticas educativas e de divulgação científica, estratégicas para o projeto político de formação do “novo homem” brasileiro. São descritas várias iniciativas pedagógicas levadas a efeito por Sampaio, Mello Leitão

e, sobretudo, Roquette-Pinto, muitas das quais iniciadas antes mesmo de 1930 e incorporadas e potencializadas pelo Governo Provisório. A autora examina a diversidade de áreas de conhecimento, de linguagens e de tecnologias de comunicação de massa – impressos, rádio e cinema – mobilizadas com o intuito de estender social e territorialmente as ações de educação do “povo brasileiro”. Identificado como uma “miniatura da pátria”, metáfora usada por Roquette-Pinto, o Museu articulou iniciativas pedagógicas arrojadas, que buscavam traduzir o Brasil para os brasileiros. Dentre outros projetos, destaca-se a publicação da *Revista Nacional de Educação*, espécie de cartilha com ampla tiragem e distribuição no País, dedicada a variados temas científicos de interesse para a formação do leitor nacional. A autora analisa também a colaboração dos três cientistas para a *Brasiliana*, uma das séries da Biblioteca Pedagógica, dirigida por Fernando Azevedo, projeto engajado, assim como as ações do Museu Nacional na pauta de divulgação de saberes pertinentes ao Brasil. Duarte conclui o capítulo constatando que, a despeito de figurar como um aliado importante do Ministério de Educação e Saúde Pública, nos primeiros anos do Governo Vargas o Museu Nacional perdeu seu protagonismo a partir de 1934, com a entrada de Gustavo Capanema para o Ministério.

O último capítulo, “Como se fazia um biólogo”, se detém na trajetória de Mello Leitão como aracnólogo, único dos três pesquisadores que consolidou efetivamente uma carreira como cientista. Duarte aborda sua extensa obra e descreve as relações que estabeleceu com a comunidade científica internacional, em particular de países da América Latina. Mello Leitão deixou o Museu Nacional, assim como Roquette-Pinto, ainda no período do governo Vargas, quando a instituição perdia prestígio na esfera governamental. Reconhecido nacional e internacionalmente, Mello Leitão foi um exemplo, segundo Duarte, da formação de um especialista em biologia, antes mesmo de a profissão existir formalmente; um cientista identificado com uma biologia que deixara de ser contemplativa e se tornara militante.

A obra é relevante não apenas para a história da ciência, mas também para o campo da museologia. Interessa àqueles que se dedicam à história dos museus no Brasil, em particular sob o prisma das relações entre

o poder e o saber que se inscrevem nesses espaços, potencializadas pela comunicação museal. O livro traz uma contribuição importante, a considerar o período que aborda. Embora a proximidade entre a cultura e a política no período de 1930-1945 tenha sido objeto de muitos estudos, há poucas pesquisas a respeito do papel desempenhado pelos museus nesse cenário, no qual a produção e os equipamentos de cultura e ciência se colocaram a serviço do projeto nacionalista e autoritário do governo Vargas. Com *A biologia militante*, Regina Horta Duarte tem o mérito, acima de tudo, de instigar inquietações intelectuais, assinalando novas possibilidades de pesquisa. ■

Letícia Julião é doutora em História pela UFMG, professora do curso de graduação de Museologia da Escola de Ciência da Informação e dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e Promestre, da UFMG, e em Museologia e Patrimônio, da UFRGS. Atua como coordenadora do Acervo Artístico UFMG e como coordenadora da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG.